

Sant'Anna e Dornelles: acertos para a economia

Centrão debate ordem econômica com a esquerda

Numa tentativa de se formalizar um acordo político sobre os pontos mais polêmicos do título da Ordem Econômica, antes que a matéria seja votada pela Constituinte, o Centrão reuniu-se ontem pela primeira vez, com o senador Severo Gomes (PMDB-SP), principal negociador da corrente esquerdista na Constituinte sobre essa matéria.

A reunião, que teve caráter preliminar, só tratou de dois assuntos: conceito de empresa nacional e nacionalização da exploração de minérios, pontos considerados como os mais controversos na Ordem Econômica. Segundo o deputado Luis Roberto Ponte (PMDB-RS), integrante do Centrão, a partir das colocações feitas por Severo Gomes, o grupo poderá definir suas margens de negociação:

Nas discussões com os representantes do Centrão, o senador Severo Gomes insistiu na necessidade de se aprovar o texto acolhido pela Comissão de Sistematização. Segundo este texto, será considerada empresa nacional a pessoa jurídica constituída e com sede no País, cujo controle decisório e de capital votante esteja, em caráter permanente, exclusivo e incondicional, sob a titulariedade direta ou indireta de pessoas físicas domiciliadas no País ou de entidades de direito público interno.

Em relação ao substitutivo do Centrão, o conceito do que é empresa nacional difere apenas na expressão controle decisório,

suprimido do texto apoiado por esse grupo.

Na opinião do senador Severo Gomes, a diferença dos textos é mínima, "que abre boas perspectivas de negociação". Também otimista, o deputado Luis Roberto Ponte admitiu que as duas correntes políticas poderão chegar a um acordo.

Com relação à nacionalização da exploração de minérios o Centrão tem posições antagônicas ao texto da Sistematização. Segundo o texto aprovado (artigo 206), o aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e a pesquisa e a lavra de recursos e jazidas minerais somente poderão ser efetuados por brasileiros ou por empresas nacionais, mediante autorização da União, por tempo determinado.

Severo Gomes afirmou que a questão da exploração mineral tem que ser tratada de forma cautelosa já que a importância dos minérios a serem explorados depende do avanço tecnológico do País. "O que pode ser considerado economicamente inviável hoje, pode se tornar uma fonte de divisas significativa, amanhã".

O deputado Luis Roberto Ponte não concorda com a nacionalização da exploração mineral. No entanto, admitiu que o Centrão pode analisar a possibilidade de incluir no texto da Constituição alguns minérios considerados estratégicos para a economia do País e cuja exploração ficaria exclusivamente sob a competência de empresas nacionais.

Governo perde na reforma

O deputado José Geraldo (PMDB/MG), um dos principais coordenadores do Centrão para economia e tributação, disse que o governo federal "já perdeu a briga pelo sistema tributário para os governadores". Segundo ele, os representantes do governo não apresentaram qualquer alternativa sobre o assunto e agora não há tempo para mais nada:

— Quando houve a negociação sobre o sistema tributário, eu me cansei de pedir ao então ministro Bresser Pereira e ao seu secretário-geral, Mailson da Nóbrega, sugestões para resolver o problema. Eles nunca apresentaram nada concreto. Reconheço que a sangria nos cofres federais será muito gran-

de, sem que os estados e municípios assumam qualquer encargo.

O texto que está prevalecendo no anteprojeto de Constituição estabelece que, do total arrecadado no Imposto de Renda e no Imposto sobre Produtos Industrializados, os estados ficam com 21,5% (contra 17% atuais) e os municípios com 22,5% (contra os 15% atuais), além de aumentar para 3% o Fundo Especial para o Nordeste (atualmente, este fundo fica com 2% da receita). Os estados e municípios assumem também o controle total dos impostos únicos (energia elétrica, combustível etc), sem se responsabilizar por qualquer das atuais atribuições e encargos da União.

Pronto acordo para as distribuidoras

A emenda do deputado Máx Rosenmann (PMDB-PR) servirá de base para o acordo na Constituinte em torno da distribuição do petróleo. Sua proposta, que substitui a idéia de permitir a atividade apenas a empresas nacionais, aprovada na Comissão de Sistematização, disciplina o convívio entre multinacionais e as de capital brasileiro.

Através de fusão das emendas dos deputados Humberto Souto (PFL-MG), Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), Paulo Macarini (PMDB-SC), José Luiz de Sá (PL-RJ), Olavo Pires (PMDB-RO) e Lúcio Alcântara (PFL-CE), tendo a de Max Rosenmann como principal, é dada a seguinte redação ao caput e três incisos do art. 207:

"Lei disciplinará a distribuição de derivados de petróleo e álcool carburante, preservando a livre iniciativa, com prioridade para as empresas com maioria de capital nacional, observando os seguintes critérios:

I) na distribuição para revenda, pelas empresas distribuidoras;

II) nas vendas a varejo e retalho, pelos postos revendedores;

III) nas vendas com entrega a domicílio, pelas empresas transportadoras revendedoras retalhistas."

Segundo o parlamentar, atualmente a distribuição do petróleo é administrada por portaria do CNP, que contrariam os interesses nacionais, criando um cartório de proteção. "Por esta nova proposta, há uma maior disciplina, permitindo também o crescimento das empresas brasileiras, passando o lucro cartorial das multinacionais a ser dividido", destaca.

Mas Rosenmann diz que já conseguiu o apoio de quase 300 constituintes, além da adesão dos postos revendedores e das transportadoras revendedoras retalhistas, mas, por outro lado, obteve o desagrado das grandes multinacionais que atuam no setor. A emenda está sendo costurada entre o PMDB e pequenos partidos, agora, numa tentativa de conseguir um acordo global.